

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT17.003

# GRÊMIO ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: O ENSINO DE DIREITO PARA O EXERCÍCIO CIDADÃO

Lucas Vinícius Cintra Mendes<sup>1</sup>  
Djanira Aparecida Temporin<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o resultado de um projeto desenvolvido em uma instituição particular de ensino, no Itinerário Formativo de “Direito nas Trajetórias da Vida Pessoal e Profissional”, com estudantes do Ensino Médio. Em consonância com o Novo Ensino Médio, regulamentado pela Lei nº 13.415/2017, o Itinerário Formativo de “Direito nas Trajetórias da Vida Pessoal e Profissional”, que abrange os principais fundamentos para uma educação integral, foi inserido como uma alternativa curricular no Colégio Meta, em Indaiatuba/SP. Essa disciplina possibilitou aos estudantes a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos relevantes para o exercício da cidadania. Nesse sentido, foi proposto o desenvolvimento de um projeto anual interdisciplinar para a implementação prática da ciência jurídica na vida pessoal e profissional dos adolescentes. O projeto consistiu na criação de um Grêmio Estudantil, que contemplasse o desenvolvimento da autonomia e da cidadania por parte dos discentes. A centralidade do projeto ocorreu no Ensino Médio, com a realização de um processo político que envolveu propostas, campanhas, debates, pleito eleitoral e votação entre discentes e docentes. Além disso, foi realizada, também, a elaboração de um Estatuto, em conjunto com o Grêmio eleito, para orientar e manter as atividades das agremiações futuras. O intuito foi gerar uma cultura cidadã em uma instituição de ensino particular, uma vez que a Resolução SEDUC nº 18, de 8 de março de 2022, do Estado de São Paulo, não abrange totalmente a natureza desse tipo de atividade em uma instituição privada de ensino. Tal procedimento culminou em uma Mostra de Itinerários, com a organização de uma

1 Mestre pelo curso de Filosofia da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, lucas.filosofia21@gmail.com;

2 Mestre pelo Curso de Educação da Faculdade Interamericana de Ciências Sociais – SP, djatemporin@uol.com.br.

Sessão Plenária para votação e, se aprovada, efetivação do Estatuto. Portanto, apresentaremos o fio condutor que norteou os objetivos, as metodologias de trabalho, o desenvolvimento das ações realizadas durante o projeto e os resultados alcançados.

**Palavras-chave:** Grêmio Estudantil, Direito, cidadania, projeto, Ensino Médio.

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar a criação e o desenvolvimento inicial do projeto que norteou a formação de um Grêmio Estudantil na instituição de ensino particular Colégio Meta, localizada na cidade de Indaiatuba/SP. A proposta do projeto visa contemplar, de forma teórica e prática, o desenvolvimento da autonomia e da cidadania por parte dos discentes, além de criar uma cultura efetiva de participação nas decisões da vida social e coletiva, superando o mero ensalamento de uma instituição escolar.

Sobretudo, a ideia de criar um projeto para a implementação e o desenvolvimento de agremiações estudantis não parece trazer muitas inovações a nível de educação básica, uma vez que essa prática é amplamente incentivada e difundida em todos os setores e estabelecimentos de ensino fundamental e médio, conforme algumas disposições legais do Estado de São Paulo. O artigo 1º da Lei nº 15.667, de 12 de janeiro de 2015, assegura, por exemplo, a criação do Grêmio Estudantil, bem como a organização para uma atuação representativa e democrática<sup>3</sup>. Essa lei conta, ainda, com a Resolução SEDUC nº 18, de 8 de março de 2022, que regula as atividades discentes por meio de um estatuto padrão e possibilita o diálogo com as demais esferas representativas presentes em cada comunidade escolar.

Contudo, dispor e assegurar legalmente está aquém da prática concreta nas instituições de ensino básico privado. A força imperativa do termo “assegurar” não implica necessariamente obrigatoriedade para esse tipo de instituição. De fato, parece não haver nessas instituições uma cultura consolidada que permita aos estudantes desenvolver suas efetivas participações no processo de decisões autônomas e cidadãs. Por exemplo, na educação pública do Estado de São Paulo, foi criado o Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar (CONVIVA), por meio da Resolução 48, de 1 de outubro de 2019, que atua em conjunto com o corpo discente para garantir “convivência e colaboração”, “articulação pedagógica e psicossocial”, “proteção e saúde” e “segurança escolar” (SÃO PAULO, 2019, Art. 2, I-IV).

<sup>3</sup> Na íntegra, “Artigo 1º - Fica assegurada, aos estudantes dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio situados no Estado, a criação, organização e atuação de Grêmios Estudantis como entidades representativas de seus interesses, na forma da presente lei” (SÃO PAULO, 2015, Art. 1).

Com a implementação do Novo Ensino Médio, regulamentado pela Lei nº 13.415/2017, em 2022, surgiu um novo cenário voltado para atender de forma mais precisa às demandas da sociedade contemporânea. Esse modelo busca promover o desenvolvimento autônomo dos estudantes, alinhando-se às diretrizes do CONVIVA e de outros programas semelhantes que incentivam a participação cidadã e solidária, especialmente no contexto da educação pública e gratuita. Com a mudança implementada pelo Novo Ensino Médio, o Colégio Meta introduziu em sua carga horária de Itinerários Formativos a disciplina de “Direito nas Trajetórias da Vida Pessoal e Profissional”<sup>4</sup>, cuja atuação teórica e prática permitiu um leque de novas possibilidades cidadãs.

O Direito, ou a Ciência Jurídica, demanda um olhar acurado enquanto área do conhecimento a ser contemplada na educação básica. Por estar efetivamente presente na vida de todos os cidadãos, o Direito adquire extrema relevância pedagógica. Não apenas o teor prático garante essa importância, mas, se de fato a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, propõe a formação ética, autônoma e crítica (a formação integral do ser humano), é necessário conhecer, ainda que brevemente, a estrutura da qual os cidadãos fazem parte, as leis que os regem, os códigos de conduta, as normas e as responsabilidades sociais presentes na sociedade brasileira<sup>5</sup>.

Para além desse conhecimento teórico, é fundamental que os estudantes reconheçam, em suas práticas acadêmicas e cotidianas, o peso do processo de tomada de decisões que permeia todo o tecido social. Esse aspecto corrobora o conceito de “educação problematizadora”, de Paulo Freire (2019), presente em sua obra *Pedagogia do Oprimido*. Nessa obra, Freire (2019) defende que a educação transformadora precisa superar a mera transmissão de conteúdos teóricos. Segundo o autor,

na medida em que, dialogicamente, se vai desvelando a realidade, em que, problematizando-a, os homens a percebem como uma

4 Atualmente, dadas todas as mudanças que entraram em curso em relação ao Novo Ensino Médio, a disciplina foi ampliada e adicionada à Formação Geral Básica (FGB), que vigorará a partir de 2025. Portanto, a disciplina, atualmente foi ampliada e carrega o nome “Direitos, deveres e cidadania”.

5 Detalhes mais específicos podem ser encontrados na matéria de jornal escrita por Ana Paula Mazza, Diretora Pedagógica do Colégio Meta, publicada em *Mais Expressão* no dia 13 de maio de 2022, em Indaiatuba/SP. O texto, que inclui uma entrevista com o professor Lucas Vinícius Cintra Mendes sobre o processo de desenvolvimento da disciplina, está disponível no link: <https://maisexpressao.com.br/noticia/colégio-meta-de-olho-nos-direitos-e-nos-deveres-do-cidadao-do-futuro-68714.html>.

realidade em transformação e não como algo estático, vão também se tornando capazes de intervir nela. Esta é a pedagogia do homem que se sabe inacabado, consciente de sua inconclusão e de que a busca do saber implica uma constante procura (FREIRE, 2019, p. 79).

Refletir criticamente sobre a realidade social e atuar de forma transformadora por meio dos conhecimentos adquiridos nas instituições educacionais beneficia grandemente os estudantes. Por exemplo, ao otimizar seus convívios em sociedade, eles passam a compreender a importância de um bom relacionamento social e a reconhecer os limites impostos pelas noções de direitos e deveres. Isso os capacita a se tornarem ativos na resolução de seus próprios problemas jurídicos e sociais, a buscar seus direitos e a cumprir suas responsabilidades.

O filósofo John Dewey (2011), em sua obra *Democracia e Educação*, assevera a importância da educação como um instrumento formador de cidadãos ativos e conscientes, capacitados para participar plenamente da vida social e exercer seus direitos e deveres democráticos. Segundo Dewey (2011), tanto o processo quanto o objetivo da educação devem concentrar-se em "(...) uma participação crescente na vida social, onde o indivíduo contribui para a comunidade e, ao mesmo tempo, obtém os benefícios de seu relacionamento com ela" (DEWEY, 2011, p. 43).

Essas abordagens se alinham com a ideia de que a educação deve ser um instrumento de capacitação para que os estudantes compreendam e atuem ativamente na sociedade, com foco nos direitos, deveres e nas suas próprias responsabilidades sociais e jurídicas. Além disso, é necessário oportunizar aos estudantes uma visão panorâmica da realidade que os cerca, a qual, aos poucos, vai sendo percebida e vivenciada, para que os processos educacionais (tanto público quanto privado) não sejam dispare, mas compartilhem do mesmo objetivo formativo. Diante de tais preocupações, foi escolhido como projeto prático anual a criação de um Grêmios Estudantil, com o objetivo de promover o exercício da cidadania por parte dos estudantes, em consonância com os demais setores (professores, gestores e pais) que compõem a comunidade escolar.

Inicialmente, em 2023, o projeto foi centrado no Ensino Médio, embora tivesse incluído, de forma facultativa, estudantes de outros segmentos. A proposta era que, por meio de uma agremiação estudantil, fosse possível conduzir um processo político completo, com etapas como a apresentação de propostas,

campanha eleitoral, debates, votação e sufrágio, envolvendo tanto os estudantes quanto os docentes. O objetivo era, na prática, desenvolver um processo de cidadania fundamental, capaz de gerar resultados a curto, médio e longo prazo, incentivando uma nova cultura democrática e autônoma entre os alunos.

A criação de uma gestão discente pode estabelecer um diálogo efetivo por meio da democracia representativa, abrindo espaço para novas perspectivas e propostas. Essa abordagem busca desconstruir o imaginário popular de que a participação política é improdutiva e ineficaz, diante da percepção de uma suposta impossibilidade de mudanças e de uma corrupção historicamente enraizada na sociedade brasileira. Segundo Maria Célia Paoli, em seu livro *Participação e Conflito no Brasil Contemporâneo* (2017), é necessária uma mobilização popular de resistência, sustentada pelo engajamento e pelo diálogo, para resgatar o valor da democracia representativa, especialmente em um cenário marcado pela desconfiança no exercício da cidadania.

Ao longo do ano, os projetos da chapa vencedora do pleito eleitoral foram pensados, desenvolvidos, debatidos e, quando consensuais entre os setores de gestão, implementados. Uma das propostas, para solidificar o processo, foi a criação de um Estatuto, em colaboração com a gestão do Grêmio e com os estudantes da disciplina “Direito nas trajetórias da vida pessoal e profissional”. O intuito era promover uma cultura cidadã capaz de inspirar e ir além dos limites estabelecidos pela Resolução SEDUC nº 18, de 8 de março de 2022, além de orientar e manter o padrão das atividades das futuras agremiações.

Embora o projeto tivesse sua base prática no desenvolvimento da disciplina, manteve-se aberto à criação de uma autonomia própria, o que o elevou a um novo nível de influência nas decisões institucionais. O objetivo foi mobilizar os estudantes para que participassem ativamente em decisões que impactam suas vidas diárias e simulam aquelas encontradas no mundo do trabalho e na vida adulta. Portanto, o processo de compreensão teórica sobre o valor da cidadania, desenvolvido em sala de aula, até sua aplicação prática na tomada de decisões, que, por sua vez, extrapolou tais limites, abriu caminho para novas perspectivas de responsabilidade social e educacional.

## METODOLOGIA

A metodologia será dividida em duas etapas. Na primeira, serão apresentados os caminhos metodológicos que orientaram a criação e a execução do

projeto, estabelecendo uma conexão entre as metodologias ativas de aprendizagem utilizadas – a saber: aprendizagem baseada em problemas e aprendizagem por projetos –, o Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em um segundo momento, serão discutidos os desenvolvimentos práticos da implementação, acompanhados de relatos detalhados e a atual situação em que o projeto se encontra.

## **CAMINHOS METODOLÓGICOS: METODOLOGIAS ATIVAS, NOVO ENSINO MÉDIO E BNCC**

A proposta de criar uma agremiação estudantil no Colégio Meta nasceu da iniciativa de alguns estudantes que procuraram o professor da disciplina “Direito nas trajetórias da vida pessoal e profissional”. Eles desejavam debater os motivos pelos quais não havia uma representação estudantil e cidadã em instituições privadas de ensino, semelhante àquelas que eram relatadas por estudantes de escolas públicas. Esses estudantes estavam preocupados em mobilizar seus colegas para buscar melhorias nas condições de estudo, lazer, cultura, esportes e comunicação social dentro da escola. No entanto, não conseguiam conceber um caminho viável para estabelecer um diálogo sério com a gestão escolar.

A angústia dos estudantes foi expressa ao professor, o que levou à reflexão conjunta com a diretora pedagógica do colégio. Ela se mostrou entusiasmada desde o início, pois tinha vasta experiência com grêmios estudantis ao longo de sua carreira como gestora. Com a conexão pedagógica estabelecida entre os estudantes e a gestão, foi possível elaborar um projeto para a implementação da agremiação na disciplina de itinerário formativo, que, por natureza, distanciava-se da rigidez das disciplinas da Formação Geral Básica (FGB).

O fato de o Novo Ensino Médio estar em vigor foi fundamental para atender a tais necessidades, uma vez que não seria necessário um projeto que intervisse na estrutura da Formação Geral Básica (FGB) e que pudesse, porventura, prejudicar o desenvolvimento dos conteúdos disciplinares previstos para o ano letivo. A solução consistiu em concatenar as oportunidades educacionais oferecidas pelo Novo Ensino Médio, incluindo as metodologias ativas de



aprendizagem, com as diretrizes e objetivos estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>6</sup>, aprovada em 2017.

Segundo Moran (2018, p. 177-181), as metodologias ativas promovem um novo entendimento sobre o papel do estudante na educação, uma vez que ele precisa participar ativamente do processo educacional, assumindo-se como agente autônomo de sua formação e não apenas como um ouvinte passivo de conteúdos determinados pelo professor. De acordo com o autor, “[...] a aprendizagem por meio da transmissão é importante, mas a aprendizagem por questionamento e experimentação é mais relevante para uma compreensão mais ampla e profunda” (MORAN, 2018, p. 2).

As metodologias ativas estão em completa consonância com a BNCC, pois buscam estimular a autonomia e o protagonismo dos estudantes. Ao se envolverem na criação e na gestão de um grêmio estudantil, os alunos não apenas discutem e solucionam problemas concretos, mas também desenvolvem habilidades essenciais para a vida adulta, como a capacidade de tomar decisões informadas e de trabalhar coletivamente. Essa experiência é crucial para uma educação mais significativa, transformando o ambiente escolar em um espaço de preparação para a cidadania e para o mundo do trabalho (BACICH, 2018, p. 130-135).

Essa integração reflete uma perspectiva alinhada às metodologias ativas de aprendizagem descritas por Bacich e Moran (2018), nas quais os alunos se tornam protagonistas em um ambiente que permite a aplicação prática dos conteúdos escolares e a construção de conhecimentos contextualizados. Duas metodologias ativas foram centrais ao longo do projeto: a aprendizagem baseada em problemas e a aprendizagem baseada em projetos. Ambas as metodologias se interrelacionam, pois é essencial investigar e entender as causas (ou possíveis causas) de um problema e, posteriormente, propor uma solução. De acordo com Moran (2018, p. 16), essas metodologias podem ser exemplificadas

<sup>6</sup> A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que estabelece as diretrizes para o currículo básico nas escolas de ensino básico, sejam elas públicas ou privadas, buscando garantir uma formação integral para todos os alunos. Com caráter normativo, o documento organiza habilidades e competências gerais e específicas, desenvolvidas ao longo da vida escolar dos estudantes, com o objetivo de assegurar uma formação humanizada e fundamentada em princípios éticos e políticos. Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (BNCC, 2017, p. 20).



da seguinte forma: a primeira, como a percepção de uma inflamação no joelho; a segunda, como a construção de uma ponte.

Dessa forma, os estudantes que tomaram a iniciativa de procurar o professor promoveram uma autêntica transição das metodologias tradicionais para metodologias baseadas em problemas e projetos. Ao identificar um problema real — a ausência de representatividade, autonomia e responsabilidade educacional —, eles propuseram o desenvolvimento de um projeto que envolvesse os colegas na busca de soluções para essa questão, impulsionando o engajamento coletivo em um processo com vistas a uma mudança concreta<sup>7</sup>.

## DESENVOLVIMENTOS PRÁTICOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL

Além de compreender os aspectos curriculares, metodológicos e docentes que sustentaram o projeto, a parte prática representou uma experiência inovadora naquele contexto educacional, no qual muitas ações não poderiam ser previstas ou antecipadas. Dessa forma, a experiência vivida — desde a concepção e implementação até a consolidação, um processo que se estendeu por aproximadamente dois anos — será apresentada a seguir.

A partir do momento em que a implementação do projeto foi decidida, o professor direcionou o foco da disciplina, por algumas semanas, para reforçar os conhecimentos históricos, sociológicos, jurídicos e filosóficos relacionados à prática da democracia representativa<sup>8</sup>. Paralelamente, os estudantes se organizaram para formar chapas e concorrer no pleito eleitoral.

7 Além disso, é importante destacar que, embora o projeto tenha se iniciado em uma única disciplina, sua implementação foi viabilizada por meio de “projetos integrados” e “projetos transdisciplinares” (MORAN, 2018, p. 19-20). Como será demonstrado na seção “Resultados e Discussão”, os estudantes envolvidos apresentavam uma maturidade significativa ao questionar a realidade ao seu redor, uma competência explorada também em outras disciplinas. Essas disciplinas, tanto da Formação Geral Básica (como Filosofia e Sociologia) quanto dos itinerários formativos presentes no currículo do colégio (como “Poder, Política e Sociedade”, “Sociedade e Natureza” e “Democracia em Debate”), foram fundamentais para fomentar o desenvolvimento crítico e a compreensão de temas fundamentais ao projeto. Nesse contexto, a criação de um grêmio estudantil exemplifica a aplicação dessas metodologias, possibilitando que os estudantes desenvolverem coletivamente as competências como cooperação, cidadania e respeito pela diversidade, tal qual ocorreu.

8 Do ponto de vista jurídico, os conteúdos trabalhados foram relativos ao funcionamento do pleito eleitoral no Brasil. Dois foram os motivos: primeiro, no ano anterior, ocorreram eleições presidenciais e seria fundamental que eles entendessem o funcionamento do sufrágio universal brasileiro (apesar de ter sido trabalhado no ano anterior, no interior da disciplina); e, segundo, para que eles

O Colégio Meta possui duas unidades, ambas geridas pelo mesmo corpo administrativo. Dessa forma, a implementação deveria ocorrer em ambas as unidades para garantir a identidade e a coesão das ações no interior da instituição de ensino. No primeiro ano, em 2023, formaram-se três chapas na Unidade I do colégio e uma chapa na Unidade II. Em 2024, duas chapas foram formadas na Unidade I (sem a recandidatura da chapa do ano anterior), enquanto a chapa da Unidade II se candidatou à reeleição com alguns membros alterados.

Em 2023, o pleito eleitoral enfrentou uma série de desafios, devido à necessidade de celeridade no processo e à grande mobilização dos estudantes no colégio<sup>9</sup>. Como mencionado, não havia uma cultura estabelecida para que todos os envolvidos (coordenação, professores, estudantes, monitores, entre outros) compreendessem plenamente o que estava acontecendo. Consequentemente, a mudança na rotina gerou atritos e insatisfações, comuns a processos dessa natureza.

Por exemplo, era necessário que os estudantes se ausentassem de algumas aulas para realizar campanhas de divulgação, apresentar suas propostas, confeccionar cartazes, produzir vídeos, entre outras atividades. Embora o professor tenha estabelecido regras para essas ações, a ansiedade e o desejo de concretizar o processo por parte dos estudantes geraram impaciência, o que resultou em saltos nas etapas a serem cumpridas.

Após a conclusão de toda a etapa de divulgação das chapas, os estudantes se prepararam para o debate oficial do Grêmio Estudantil<sup>10</sup>. No dia 10 de maio de 2023, o debate ocorreu sob a orientação e mediação do professor coordenador do projeto. Realizado no auditório do colégio, o evento contou com a presença física das chapas concorrentes e dos estudantes que estavam em aula com o professor mediador naquele momento. No entanto, para ampliar o acesso, o debate foi transmitido para todos os alunos do Ensino Médio e do Ensino Fundamental Anos Finais (EFAF) via *Google Meet*<sup>11</sup>. As regras do debate

---

pudessem submeter suas candidaturas, deveriam seguir regras, respeitar o adversário e entender a complexidade do processo eleitoral.

9 Esse tópico será devidamente analisado na seção “Resultados e Discussão”.

10 As propostas das chapas podem ser acessadas, de forma resumida, no Instagram oficial do Colégio Meta. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/CsHHwLDu2j3/?img\\_index=5](https://www.instagram.com/p/CsHHwLDu2j3/?img_index=5).

11 As imagens do evento podem ser acessadas no Instagram oficial do Colégio Meta. Disponível em: [https://www.instagram.com/colegiometaindaiatuba/p/CsEwEGeO844/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/colegiometaindaiatuba/p/CsEwEGeO844/?img_index=1).

foram previamente criadas e divulgadas para que todas as chapas as seguissem de forma adequada.

Primeiramente, para garantir a boa conduta durante o evento, permitiram-se apenas perguntas relacionadas ao convívio escolar e às ações e propostas das chapas. Em hipótese alguma seriam tolerados ataques pessoais, ofensas, uso de linguagem inadequada ou provocações de qualquer natureza.

O debate foi dividido em três blocos. No primeiro bloco, ocorreu a apresentação das chapas, que se iniciou com a leitura das regras e o sorteio da ordem de apresentação. Cada chapa teve até cinco minutos para apresentar sua equipe, expor suas propostas e justificar sua candidatura. Nesta etapa, foram feitas perguntas sobre temas como respeito e convivência durante o processo eleitoral, ética na candidatura e conhecimento dos direitos e deveres dos estudantes. Além disso, abordaram-se tópicos como políticas educacionais, cultura e lazer, saúde e bem-estar. Esse bloco durou cerca de trinta minutos.

No segundo bloco, foram permitidas perguntas entre as chapas concorrentes, com direito a réplica e tréplica. Cada chapa pôde fazer até duas perguntas e responder uma vez por rodada, sendo sorteada a ordem de quem perguntava primeiro. As perguntas tiveram duração máxima de um minuto, as respostas de até um minuto e meio, enquanto as réplicas e tréplicas deveriam ser concluídas em um minuto. Esse bloco teve duração aproximada de trinta e cinco minutos.

No terceiro e último bloco, a participação foi aberta aos estudantes da plateia, tanto presencial quanto virtual, que puderam fazer perguntas direcionadas a uma chapa específica ou a todas, com trinta segundos para formular cada pergunta e um minuto para as respostas. Foi permitido solicitar direito de resposta, sujeito a análise prévia. Esse bloco teve duração aproximada de vinte minutos.

Em 15 de maio de 2023, após a finalização das candidaturas – incluindo a elaboração das propostas, a divulgação e o debate, realizou-se o processo de votação e apuração. A votação contou com a mobilização de diversos setores do colégio (coordenação, professores e monitores) e foi realizada por meio de voto impresso em uma urna de lona<sup>12</sup> emprestada pela Câmara dos Vereadores

<sup>12</sup> Nas aulas, o professor explicou a pertinência histórica aos estudantes, que, por sua vez, puderam simular o voto da mesma forma que era realizado antes da criação e implementação das urnas eletrônicas.

do município de Indaiatuba<sup>13</sup>. Na Unidade I, a “Chapa 96” foi a vencedora do pleito<sup>14</sup>.

A apuração, realizada no mesmo dia, foi acompanhada pelo professor coordenador, pelos professores responsáveis pelo pleito, pela equipe de coordenação e por representantes das chapas concorrentes. Todos os participantes conheciam previamente os critérios estabelecidos para essa eleição. A divulgação dos resultados para toda a comunidade acadêmica ocorreu no dia seguinte à apuração.

Em 18 de maio de 2023, foi realizada a Posse Oficial do Grêmio Estudantil em uma cerimônia solene. O evento contou com a presença da direção administrativa e pedagógica, da equipe de coordenação, do professor coordenador, da comissão eleitoral, de outros professores, alunos, familiares e de uma autoridade política, o vereador Arthur Spíndola<sup>15</sup>.

Foi acordado com a gestão escolar que, após a posse oficial da chapa vencedora, a agremiação passaria a ser denominada “Grêmio Estudantil Luiz Carlos”.<sup>16</sup> A adoção desse nome permanente assegura que todas as atividades anuais do grêmio sejam realizadas sob uma identidade unificada, proporcionando padronização nas ações e facilitando a comunicação com a comunidade escolar. Essa padronização inclui a gestão das redes sociais e outros meios de contato, de maneira organizada e preservada, conforme demonstrado na Fig. 1.

13 Cabe ressaltar que os estudantes estariam aptos a votar desde que cumprissem os seguintes requisitos: apresentação de suas carteirinhas de estudante e assinatura de seus nomes, com a indicação de suas turmas, comprovando ciência sobre o processo eleitoral. Essa estrutura buscou simular o processo de votação comum na sociedade brasileira e estabelecer critérios objetivos que garantissem o direito ao contraditório e prevenissem contratempos ao longo do processo.

14 Na Unidade II, formou-se uma única chapa, a Nova Geração Estudantil (NGE), que também foi eleita (aprovada) mediante processo eleitoral. Esse processo contou com as seguintes opções: aprovação da NGE ou reprovação.

15 As imagens do evento podem ser acessadas no Instagram oficial do Colégio Meta. Disponível em: [https://www.instagram.com/colegiometaindaiatuba/p/Csboxfc4OA2c/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/colegiometaindaiatuba/p/Csboxfc4OA2c/?img_index=1).

16 Em homenagem ao professor fundador e mantenedor do colégio.

**Figura 1-** Logo do Grêmio Estudantil Professor Luiz Carlos



**Fonte:** Instagram oficial do Grêmio. Disponível em: [https://www.instagram.com/gremio\\_unid1/](https://www.instagram.com/gremio_unid1/) e [https://www.instagram.com/gremio\\_unid2/](https://www.instagram.com/gremio_unid2/). Acesso em: 25 out. 2024.

Ao longo do ano, duas ações foram essenciais para consolidar o exercício de cidadania pelo grêmio estudantil. Primeiro, foi necessário demonstrar que todo o processo – finalizado tardiamente em relação ao calendário acadêmico anual – realmente resultou em uma postura diferenciada, promovendo mudanças e incentivando a participação nas decisões acadêmicas com impacto positivo no desenvolvimento escolar. Assim, o grêmio desenvolveu diversos projetos em ambas as unidades, voltados para atender de forma mais atenta as necessidades e expectativas dos estudantes. Alguns desses projetos disponíveis no site oficial do colégio incluem o clube de xadrez, o torneio interno de futebol, o Conectando Saberes, o clube do livro e os projetos de tutores<sup>17</sup>.

Em segundo lugar, era essencial que, uma vez implementado com sucesso, o projeto continuasse a ser planejado a longo prazo para evitar contratempos futuros e prevenir que caísse no ostracismo. Para isso, o professor, juntamente com a gestão do grêmio, refletiu sobre a limitada representatividade da agremiação em relação à Resolução SEDUC nº 18, de 8 de março de 2022, especialmente no que diz respeito ao processo político de regulação das ações do grêmio e às futuras investidas. A solução encontrada foi a criação de um estatuto próprio, adaptado às necessidades específicas do grêmio na instituição de ensino particular.

<sup>17</sup> As imagens e o funcionamento dos projetos podem ser acessados integralmente no site oficial do Colégio Meta. Disponível em: <https://www.colegiometa.com/gremio-estudantil-profo-luiz-carlos/>. Todos os projetos realizados bem como a divulgação à comunidade para participação podem ser acessados nas contas do Instagram do Grêmio Estudantil. Disponível em: [https://www.instagram.com/gremio\\_unid1/](https://www.instagram.com/gremio_unid1/) [https://www.instagram.com/gremio\\_unid2/](https://www.instagram.com/gremio_unid2/).

Para isso, todas as turmas da disciplina “Direitos nas Trajetórias da Vida Pessoal e Profissional” foram mobilizadas para redigir o texto que regulamentaria as futuras ações estudantis, inspirado pela Resolução SEDUC nº 18 e fundamentado no princípio da conveniência do direito.

A proposta foi elaborar um estatuto que pudesse ser lido e aprovado por toda a comunidade acadêmica. Para tanto, foram novamente empregadas metodologias ativas de aprendizagem baseadas em problemas e projetos. Todos os estudantes deveriam, sob a supervisão do professor titular da disciplina e coordenador do grêmio, elaborar um texto que passasse pela aprovação de toda a comunidade em um evento específico para essa finalidade<sup>18</sup>.

O estatuto atualmente em vigor possui cerca de vinte páginas escritas em linguagem jurídica. Em seu preâmbulo, é afirmado que o Grêmio Estudantil exerce um papel fundamental na democratização do ambiente escolar, oferecendo aos estudantes uma estrutura para a participação ativa nas decisões do colégio. A atuação do grêmio deve ser organizada de forma a representar os alunos de todas as séries, a partir do 6º ano do Ensino Fundamental até a 3ª série do Ensino Médio. Os cargos devem incluir: representante geral e vice geral, secretário e tesoureiro gerais, além de coordenadores para as áreas cultural, esportiva, de direitos humanos e comunicação.

Anualmente, as eleições do Grêmio são realizadas no início do ano letivo, incentivando um maior engajamento estudantil. As chapas concorrentes devem apresentar propostas que delineiem suas intenções para o mandato, incluindo melhorias na infraestrutura da escola, atividades culturais e educativas, palestras, debates e outros eventos de interesse discente. As eleições são organizadas por uma Comissão Eleitoral mista, composta por professores e alunos, que supervisiona todo o processo, incluindo a realização de debates, fiscalização das campanhas e definição de sanções quando necessário.

O Grêmio também participa das reuniões do Conselho de Classe e do Conselho Escolar, representando as demandas dos estudantes junto à coordenação e direção. Adicionalmente, promove assembleias para discussão de temas relevantes, incentivando o exercício da cidadania e do diálogo democrático entre os estudantes. Para garantir uma atuação contínua e eficiente, o Grêmio conta com o apoio de um Professor Orientador de Convivência (POC), que

---

<sup>18</sup> Desde a implementação do Novo Ensino Médio, o colégio faz uma mostra de itinerários e conta com apresentações de trabalhos para toda comunidade escolar.



auxilia nas atividades e no planejamento das ações a longo prazo. Esse modelo de organização visa fortalecer o processo democrático na escola, incentivando os estudantes a exercerem ativamente seus direitos e a se comprometerem com a comunidade escolar.

A aprovação do estatuto ocorreu em uma assembleia plenária, na qual a gestão do grêmio de 2023 apresentou e defendeu o documento perante os parlamentares — estudantes da disciplina envolvida no projeto<sup>19</sup>. Todos os estudantes tiveram a missão de fazer apontamentos e questionamentos, buscando os alinhamentos necessários para a votação e aprovação final. A comunidade escolar convidada tinha acesso ao texto, que estava sendo debatido na íntegra<sup>20</sup>.

Após a sessão, todos os presentes foram convidados a votar para a aprovação do estatuto em urnas eletrônicas produzidas e apresentadas pelos Itinerários de “Tecnologia” e “Administração”, que trabalharam em conjunto para a realização do evento. Havia três opções de votação: aprovado, aprovado com ressalvas ou reprovado. O estatuto foi aprovado com ressalvas, referindo-se às questões, apontamentos e falhas levantadas durante a sessão, as quais devem ser incorporadas ao documento oficial pela diretora pedagógica.

Assim, com o processo regulamentado por meio de uma lei específica, as eleições de 2024 transcorreram de forma mais tranquila, apesar da intensa participação dos estudantes do EFAF. Neste ano, as eleições também foram mais ágeis, utilizando urnas eletrônicas desenvolvidas pelos próprios alunos<sup>21</sup>. A chapa vencedora, entre as duas que competiam, foi a “Big Wolf”<sup>22</sup>. A ampliação da participação dos professores na comissão eleitoral conferiu um caráter mais democrático ao processo, permitindo que os estudantes escolhessem, conforme a conveniência, o Professor Orientador de Convivência (POC). O objetivo é que todo o processo seja expandido e que o projeto possa se autogerir de forma eficaz, cidadã e democrática.

19 As imagens do evento podem ser acessadas no Instagram oficial do Colégio Meta. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/C0JiY93MsqG/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/C0JiY93MsqG/?img_index=1).

20 Fora enviado quinze dias antes para leitura e entendimento dos pais, responsáveis e demais estudantes.

21 Os membros das gestões de 2023 e 2024 são divulgados na página oficial do Colégio Meta na aba “mandatos”. Disponível em: <https://www.colegiometas.com/gremio-estudantil-profo-luiz-carlos/>.

22 As imagens da cerimônia de posse, que contou com autoridades políticas, podem ser acessadas no Instagram oficial do Colégio Meta. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/C56\\_2W8xNQs/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/C56_2W8xNQs/?img_index=1)



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A longo prazo, a criação e o desenvolvimento das atividades de agremiação estudantil no Colégio Meta devem resultar em um fortalecimento efetivo da participação cidadã discente, tal como preconizado pela BNCC (2017, p. 7-8). Espera-se que os estudantes exerçam, de forma prática, seus direitos e deveres enquanto cidadãos, ao mesmo tempo em que desenvolvem a capacidade de reconhecer e propor soluções para problemas presentes na realidade escolar e, futuramente, na estrutura social e política.

É fundamental que os estudantes sejam capazes de transpor os conteúdos teóricos aprendidos em sala de aula para sua realidade prática, reconhecendo e aplicando esses conhecimentos em seu contexto de atuação, promovendo uma conexão significativa entre o conhecimento acadêmico e a vivência cotidiana. Dessa forma, poderão se tornar seres humanos integrais, conforme disposto no Artigo 35-A da LDB<sup>23</sup>, demonstrando maior autonomia em processos decisórios e organizacionais, por meio da criação de projetos e da participação em assembleias e conselhos de gestão acadêmica.

A formação do Grêmio Estudantil também deve contribuir para a criação de um ambiente democrático mais representativo, conforme argumentado por Dewey (2011), ao buscar a promoção do engajamento de todos os envolvidos na vida escolar. Além disso, é possível estabelecer uma relação crítica e dialógica com as demais representações escolares, que possa produzir, de fato, uma educação libertadora, conforme proposto por Paulo Freire (2019).

Por exemplo, quando o projeto do Grêmio tinha um caráter meramente disciplinar, houve pouco entendimento, inclusive por parte do corpo docente, sobre o que estava sendo proposto a nível educacional. Isso se deve principalmente ao fato de ser incomum, em uma instituição de ensino privada, que os estudantes se movimentem em prol de articulações político-sociais que não sejam meramente focadas em conteúdos tradicionalmente voltados aos vestibulares. À medida que o projeto foi ganhando fôlego, foi-se percebendo sua dimensão (e implicações), o que gerou um entendimento mais adequado sobre

23 De acordo com a LDB, “os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (BRASIL, 1996, Art. 35-A, § 7º).

a movimentação dos estudantes e possibilitou um diálogo mais forte sobre a atuação discente naquele momento.

Do ponto de vista crítico, foi necessário perceber que havia um esvaziamento da atividade avaliativa. Os estudantes formulavam comentários superficiais sobre suas demandas. Em outras palavras, estavam acostumados a criticar — pois aprendiam que é importante ter senso crítico —, mas não buscavam um diálogo fundamentado na escuta e na expressão ativa.

Um exemplo disso é que, mesmo cientes de que o processo eleitoral deveria seguir regras éticas e de boa convivência (questões previstas, inclusive, em boa parte de suas propostas), as chapas acabavam por se indispor umas com as outras.

Embora a proposta das metodologias ativas, conforme Moran (2018), destaque a importância da autonomia estudantil, observou-se que essa autonomia não estava plenamente estabelecida no início do projeto. A falta de uma cultura participativa nas decisões escolares de instituições privadas, conforme apontado na introdução, foi um desafio a ser superado. Contudo, o próprio projeto ajudou a enfrentar tais obstáculos, ao promover uma aprendizagem que não apenas transmite conhecimentos, mas também incentiva a problematização adequada da realidade (FREIRE, 2019).

De acordo com Perrenoud (2009), “o conflito faz parte da vida; é a expressão de uma capacidade de recusar e de divergir que está no princípio de nossa autonomia e da individualização de nossa relação com o mundo” (PERRENOUD, 2000, p. 90). Assim, o conflito de interesses precisava ser gerido para que os estudantes entendessem que, embora a democracia se consolide pela diversidade de concepções, essas não podem ser produto da destruição do processo do qual fazem parte.

Cabe mencionar, ainda, a questão de uma cultura a ser formada. Do ponto de vista político e midiático, é vendida para os adolescentes (e para toda sociedade) a ideia de que um debate possui uma estrutura cuja disputa é aniquiladora e não uma disputa saudável em prol do bem comum. Quando, na verdade, qualquer processo político-social deveria ser entendido da conversão de um “conflito paralisante” para um “conflito transformador” (ARAÚJO, 2006, p. 92). De acordo com Araújo,

a política, portanto, não poder ser legitimada por interesses imediatos de um determinado grupo organizado, ou mesmo de uma ‘maioria’, mas sim pela capacidade que esse grupo (uma classe,

um partido) tem de superar seus próprios interesses particular e se colocar-se na perspectiva da comunidade como um todo (ARAÚJO, 2006, p. 92).

Foi fundamental estabelecer regras escritas (objetivas) para que todos pudessem seguir e se orientar, uma vez que as regras tácitas em vigor até então careciam de uma consciência que estava sendo construída ao longo do processo<sup>24</sup>. Nesse sentido, o projeto causou um grande impacto na estrutura administrativa da escola. Inicialmente, enfrentaram-se dificuldades e contratempos, mas, posteriormente, houve uma excelente integração entre os interesses da gestão escolar, da coordenação e dos professores, com as demandas dos estudantes.

O ponto central para essa integração residiu na criação e aprovação do estatuto do Grêmio Estudantil, que possibilita a regulamentação adequada de todas as atividades dessa natureza, sejam elas críticas ou dialógicas. Este documento efetivamente consolida uma nova cultura de representatividade dentro da instituição, servindo como referência para a manutenção das futuras agremiações. Assim, essas agremiações podem dialogar diretamente com o coordenador do projeto, com os demais docentes, com o POC e com a direção pedagógica de forma periódica, sem a necessidade de aguardar uma oportunidade exclusivamente em sala de aula<sup>25</sup>.

Outro aspecto que merece destaque é o impacto da criação do Grêmio na estrutura social e organizacional do Colégio Meta. De acordo com Araújo (2006), os conflitos de interesses, quando administrados de maneira democrática, tendem a se converter em “conflitos transformadores”, promovendo avanços na promoção do bem comum. Nesse sentido, a implementação do Grêmio resultou em um amadurecimento no processo de tomada de decisões para toda a comunidade acadêmica, que se engaja nos projetos e demandas cotidianas.

24 As metodologias ativas dão ênfase ao papel protagonista do aluno, ao seu envolvimento direto, participativo e reflexivo em todas as etapas do processo, experimentando, desenhando, criando **com orientação do professor [...]** (MORAN, 2028, p. 4; grifo nosso).

25 Existem limitações que não foram vislumbradas no início do desenvolvimento do projeto. Dentre elas, a incompatibilidade de interesses de instituições privadas e públicas de ensino. Em comparação com as práticas adotadas em escolas públicas, reguladas pela Resolução SEDUC nº 18, de 8 de março de 2022, parece haver pouco respaldo legal (no sentido de ser quase que facultativo).

Todavia, a sobrevivência e o aperfeiçoamento do Grêmio Estudantil dependem do olhar abrangente de toda a comunidade escolar para a utilização das metodologias ativas, conforme sugerem Bacich e Moran (2018), nos momentos adequados em que são demandadas. Isso inclui a necessária mediação pedagógica que possibilite a conexão entre os saberes teóricos (*know that*) e os saberes práticos (*know how*). É fundamental que os estudantes entendam o ambiente de aprendizagem como um espaço de protagonismo nas decisões; caso contrário, eles poderão sentir que a escola caiu no ostracismo, não acompanhando as mudanças de uma sociedade que vive sua quarta revolução industrial.

Além disso, será impossível responder às angústias propostas por Yuval Harari (2018, p. 319) ao pensar na educação em uma sociedade em constante mudança. Ele questiona quais habilidades um bebê nascido hoje precisará desenvolver para conseguir, daqui a trinta anos, um emprego, compreender o que está à sua volta e desbravar o “labirinto” da vida. Em suas palavras, “como podemos nos preparar e a nossos filhos para um mundo repleto de transformações sem precedentes e de incertezas tão radicais?” (HARARI, 2018, p. 319).

Uma resposta adequada à realidade brasileira é que conhecimentos jurídicos, filosóficos e sociológicos sobre o funcionamento das instituições sociais, em consonância com escolhas metodológicas acertadas, serão fundamentais para determinar as formas como os indivíduos resolverão problemas concretos. A ideia, portanto, é que exista um reconhecimento da cidadania, com intuito de que os indivíduos sejam capazes de propor soluções inovadoras, como a criação de um modo de vida que seja condizente com regras que produzam a democracia e a cidadania e não se valham dessas para buscar sua suplantação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de um projeto como o Grêmio Estudantil em uma instituição de ensino privada, no Colégio Meta, demonstrou ser uma importante ferramenta pedagógica para o fortalecimento da cidadania entre os estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais e do Ensino Médio. O desenvolvimento dessa prática proporcionou reflexões fundamentais sobre o papel da educação na vida dos docentes e discentes. Evidenciou a importância de extrapolar os limites teóricos da sala de aula e buscar uma participação ativa em processos políticos e sociais que mobilizam e transformam toda a cultura do ambiente educacional. Ao contribuir significativamente para a formação de uma cultura democrática e

autônoma, todos têm a oportunidade de perceber que a mudança começa por iniciativas conjuntas, com a divisão de responsabilidades e tarefas.

Os resultados alcançados indicam que, além do desenvolvimento da autonomia e da capacidade crítica dos estudantes, o Grêmio proporcionou uma experiência concreta de tomada de decisões, alinhada aos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O processo de criação de um estatuto próprio, a organização de debates e a realização de eleições escolares solidificaram uma prática de cidadania ativa que se distancia do tradicional foco exclusivo em conteúdos voltados para os vestibulares, comum na maioria das instituições de ensino privado.

Do ponto de vista prático, o projeto demonstrou como a transposição de conteúdos acadêmicos para a realidade dos estudantes pode criar uma conexão significativa entre o aprendizado teórico e a vivência cotidiana de cada um. Essa articulação pedagógica fortaleceu a relação crítica e dialógica entre toda a comunidade acadêmica, mobilizando, inclusive, o olhar de autoridades políticas para o protagonismo do processo formativo que foi se consolidando.

Entretanto, os desafios enfrentados revelam a necessidade de aprofundar estudos práticos sobre a integração de metodologias ativas em instituições privadas de ensino. Essa experiência abre espaço para novos olhares que estejam atentos à aplicação dessas metodologias em diferentes contextos educacionais. O objetivo de promover a participação cidadã em todos os ambientes educacionais do país, visando à produção de um engajamento social e político, é fundamental para a manutenção de uma democracia participativa.

Portanto, o Grêmio Estudantil Luiz Carlos produziu um ambiente efetivo de aprendizado para o exercício da cidadania e da democracia. Com a apresentação deste projeto, busca-se que outras comunidades escolares se inspirem e incorporem práticas que promovam diálogos cidadãos para o fortalecimento do bem comum. Além disso, o aprofundamento em estudos sobre a eficácia de tais práticas no ensino privado (da educação básica) e a busca por metodologias que conciliem a preparação para a vida adulta com a formação cidadã e teórica são aspectos que merecem um olhar acurado no campo educacional nacional.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. U. A de. **O voto e seus enigmas**: A dimensão subjetiva das escolhas eleitorais. 2006. 177 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

BACICH, L.; MORAN, J. M. (Org.). 2018. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso.

BRASIL. **Lei nº 9394**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Congresso Nacional, 1996.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília, 2017.

DEWEY, J. **Democracia e Educação**: uma introdução à filosofia da educação. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 43.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019. p. 79.

HARARI, Y. N. **21 lições para o século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MAIS EXPRESSÃO. **Colégio Meta**: de olho nos direitos e nos deveres do cidadão do futuro. Jornal Mais Expressão, Indaiatuba, 2022. Disponível em: <https://maisexpressao.com.br/noticia/colégio-meta-de-olho-nos-direitos-e-nos-deveres-do-cidadao-do-futuro-68714.html>. Acesso em: 24 out. 2024.

PAOLI, M. C. **Participação e Conflito no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

PERRENOUD, P. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SÃO PAULO. **Lei nº 15.667, de 12 de janeiro de 2015**: Dispõe sobre a criação, organização e atuação dos grêmios estudantis nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2015/lei-15667-12.01.2015.html>. Acesso em: 25 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 48, de 1 de outubro de 2019:** Institui o CONVIVA SP - Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar no âmbito da rede estadual de educação e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 2019. *Disponível em:* <chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2021/03/resoluo-se-48-de-01-10-19.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Resolução SEDUC nº 18, de 8 de março de 2022:** Dispõe sobre o modelo do Estatuto-Padrão do Grêmio Estudantil. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 2022. *Disponível em:* <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2023/01/63d7eb462e580-63d7eb462e581gremio-resoluo-seduc-n-18-de-8-3-2022-pdf.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.